

NOVAS AMEAÇAS

***Roberto Rodrigues**

Aos poucos, o Brasil vai enfrentando os grandes gargalos que inibem o avanço do nosso competente agronegócio. Seja por ações do governo – especialmente quanto à infraestrutura, finalmente tratada como deve ser no quesito concessões – seja pela melhoria das práticas agrícolas usadas por nossos modernos produtores rurais fortemente apoiados por suas cooperativas, cuja participação no total da produção nacional já beira 50%.

E isso tudo vai nos abrindo oportunidades crescentes no cenário internacional, com reflexos internos tão notáveis quanto o fato de, em 2013, o Brasil ser o maior produtor e exportador mundial de soja.

No entanto, ao mesmo tempo em que precisamos continuamente monitorar nossos outros gargalos internos – renda rural, política tecnológica, segurança jurídica – é essencial que cuidemos dos problemas que vêm de fora, como as regras de comércio, as barreiras sanitárias e ambientais e outras tantas que afetam nossa flagrante competitividade.

Entre estas, ganham relevo o Protocolo de Nagoya e as Metas de Aichi, desconhecidos da grande maioria de nossos produtores rurais e suas instituições.

Tanto um como outro são derivados da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que a ONU aprovou durante a ECO92, realizada no Rio de Janeiro há 21 anos, e que está estruturada em 3 pontos centrais: conservação da diversidade biológica, uso sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de recursos genéticos.

Este último tema – muito complexo – é objeto do Protocolo de Nagoya, aprovado em 29 de outubro de 2010 naquela cidade japonesa. Entrará em vigor assim que for ratificado por 50 países (até hoje 15 o ratificaram), e visa regular o acesso a recursos genéticos por meio de leis nacionais que permitam a repartição dos benefícios decorrentes desta utilização. Mas as leis nacionais precisam estar adequadas ao nexo do Protocolo, o que é preocupante para o agronegócio, uma vez que os principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil não são originais do nosso país: soja, laranja, café, cana-de-açúcar, algodão e eucalipto. Em um cenário extremo, teríamos que pagar royalties aos países de onde estes produtos são originários. Como fica o que “melhoramos” geneticamente aqui?

É preciso muita cautela nesse tema e, felizmente, o Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica é um cientista brasileiro, Braúlio Dias, que conhece o assunto.

Já as metas Globais de Biodiversidade tratam, entre outros temas, da redução da taxa de perda dos habitats naturais, da conservação de pelo menos 17% das áreas terrestres e águas continentais e da implementação de uma estratégia nacional de biodiversidade. E isso tem que ser feito até 2015.

Propostas de metas nacionais estão sendo discutidas no âmbito da CONABIO (Comissão Nacional de Biodiversidade) e podem criar grande insegurança jurídica se não forem muito bem definidas.

Uma delas fala que até 2020 as áreas de agropecuária serão “utilizadas de forma sustentável”. Ora, quem vai avaliar isso? O uso de transgênicos, por exemplo, é considerado sustentável?

Outra proposta fala em “eliminar até 2020 os incentivos lesivos à biodiversidade”. Será que a construção de portos, por exemplo, pode ser considerado lesivo à biodiversidade?

E outra: implementar “planos de produção e consumo sustentáveis, com vistas a minimizar os impactos negativos da utilização de recursos naturais. “Quem define isso?”

Em suma, há no ar um conjunto de ameaças para as quais precisamos estar extremamente atentos.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo**